

CPI já tem mapa da mina dos 7 anões

O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), disse ontem, após o depoimento do deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ), que o fato



dele ter, como sub-relator do Orçamento de 1991, aprovado emenda no valor de um bilhão de cruzeiros para municípios baianos, a pedido do deputado João Alves (PPR-BA), comprova o esquema de tráfico de emendas.

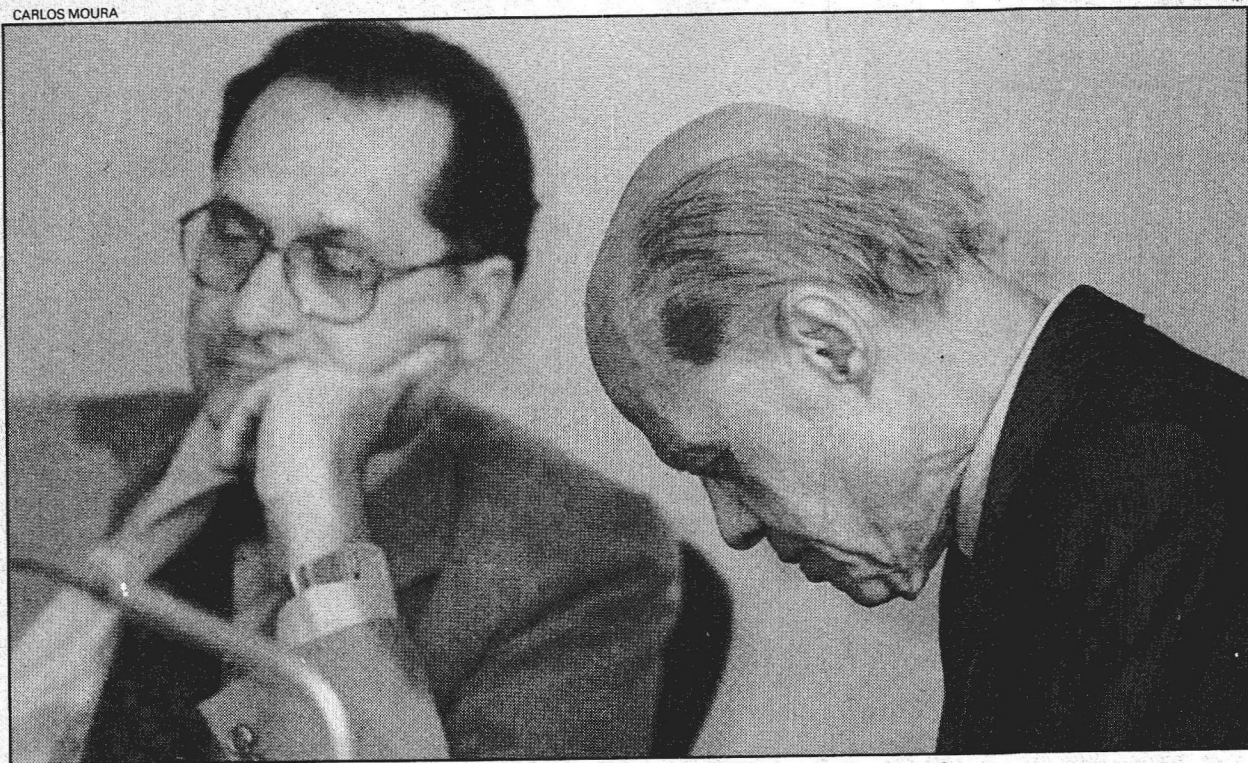
Magalhães explicou que os parlamentares da Comissão de Orçamento, conhecidos como os sete anões, acertavam a troca de emendas entre eles, para disfarçar os repasses a entidades ligadas aos próprios deputados. O relator comentou que Fábio Raunheitti não era o braço direito de João Alves "mas um dos seus braços, como tantos outros que, na qualidade de relator ou sub-relator, fizeram o jogo de João Alves".

Roberto Magalhães disse que as inquirições da CPI estão se aperfeiçoando a cada dia, com os parlamentares apresentando documentos que, independentemente "do depoente alegar esquecimento, não deixam de incriminá-lo". O relator acrescentou que "fica cada vez mais difícil os depoentes esconderem a verdade", antecipando que muitos outros documentos estão sendo processados e serão levados à CPI no momento oportuno.

Em sua análise do depoimento de ontem, o membro da Subcomissão de Subvenções Sociais, senador Elcio Álvares (PFL-ES), disse que "já está na hora de se começar a estudar a questão do decoro parlamentar".

A falta de documentação e as respostas evasivas do deputado Fábio Raunheitti, na opinião do senador, "complicaram ainda mais sua situação". Com relação à evolução patrimonial do depoente e à falta de muitos bens em suas declarações de renda, o parlamentar acredita tratar-se de "um segundo capítulo", que ficará a cargo do procurador-geral da República.

CARLOS MOURA



Roberto Magalhães (E) com Nelson Carneiro: troca de emendas revela como funcionava o esquema